

Situação de brasileiros no exterior preocupa

Comissão de Relações Exteriores analisa requerimentos para criar subcomissões permanentes destinadas a acompanhar a situação de brasileiros residentes no exterior. Restrições da União Européia e precariedade do apoio prestado pelo serviço consular preocupam os senadores.

PÁGINA 2

Subcomissão decide se muda regime de presos

Às 18h30, a Subcomissão Permanente de Segurança Pública começa o debate sobre o projeto que, entre outras medidas para coibir a criminalidade, institui um regime disciplinar mais rigoroso para os presos perigosos. O relator Demostenes Torres apresentou 19 emendas.

PÁGINA 3

Comércio de sementes pode ter novas regras

Comissão de Assuntos Econômicos examina hoje projeto que desregulamenta a comercialização de sementes e mudas. Conforme a proposta, a responsabilidade pela qualidade da semente não será mais do governo, mas do seu produtor e do responsável técnico.

PÁGINA 3

Sarney quer evitar que MPs obstruam pauta de votação

O presidente do Senado, José Sarney, disse ontem que o Legislativo terá, no futuro, que formular novo sistema de votação das medidas provisórias. Para ele, a atual possibilidade de trancamento da pauta é uma ameaça à tramitação de todos os projetos da Casa.



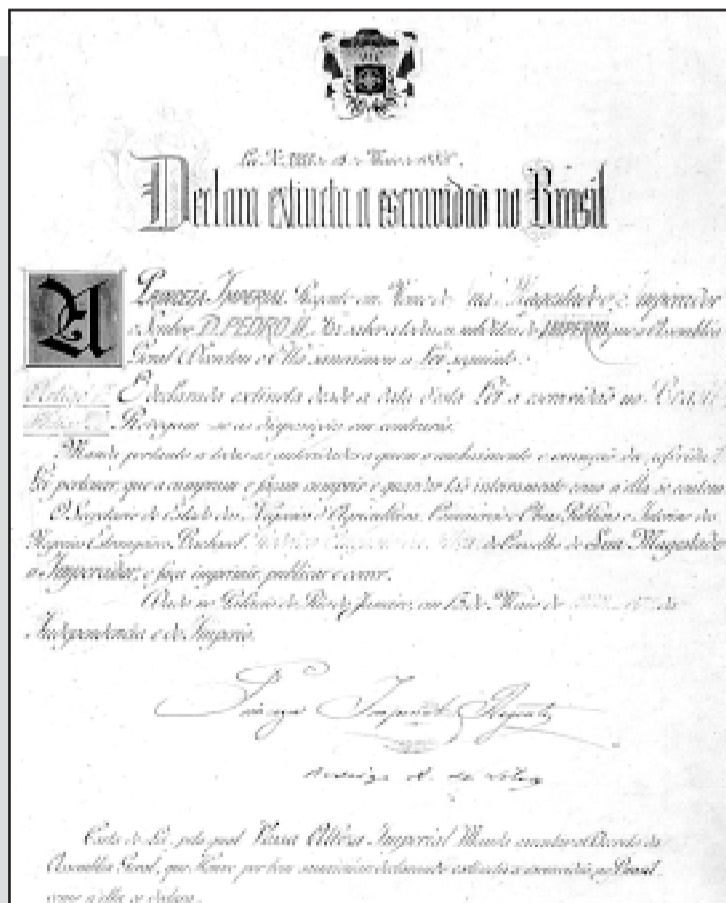
Genaldino Magela

Plenário deve votar hoje MP sobre novo prazo para contratação de empréstimos pelos municípios

PÁGINA 3

Medida dá novo prazo para empréstimos de municípios

Aqueles municípios que refinanciaram suas dívidas com a União poderão ganhar novo prazo – até 2006 – para obter empréstimos junto a organismos internacionais, à Caixa e ao BNDES. Medida provisória dilatando o prazo pode ser votada hoje à tarde pelo Plenário do Senado.



Documentos mostram papel relevante do Parlamento na Abolição

A Abolição da Escravatura no Brasil, que completa hoje 115 anos, resultou de um longo processo de debates e proposições, no qual o Parlamento teve papel relevante. É o que mostram documentos e leis relativos ao processo abolicionista guardados pelo Senado, aos cuidados da Seção de Arquivo Histórico e da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho. Da representação pela libertação dos escravos, apresentada por José Bonifácio, à aprovação da Lei Áurea, sancionada pela princesa Isabel em 13 de maio de 1888, foram 65 anos em que senadores e deputados se mobilizaram até que em todo o país batesse, como disse Joaquim Nabuco, o “coração abolicionista”.

PÁGINA 6

A Lei Áurea, que aboliu a escravidura no Brasil, foi aprovada e sancionada em 13 de maio de 1888, após longa campanha

Senado amplia a cooperação com TCU e assembléias

O presidente do Senado, José Sarney, assina nesta quinta-feira, às 10h, protocolo de intenções que objetiva estabelecer intercâmbio e cooperação técnica, científica e cultural entre o Senado e o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) com o Tribunal de Contas da União (TCU), a Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), as assembléias legislativas de Minas Gerais e do Rio Grande do Sul e o governo do Rio Grande do Norte. Na ocasião, será comemorado o primeiro ano da Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), com inauguração de placa e aula magna a cargo do ministro Maurício Corrêa, do Supremo Tribunal Federal (STF).

Participam da cerimônia, além de Sarney, o diretor-geral, Agaciel Maia, e o diretor-executivo do ILB, Florian Madruga. No mesmo dia, às 14h, no auditório do ILB, será instalada a Associação Brasileira das Escolas do Legislativo (Abel), com a realização de uma assembléia geral extraordinária que contará com a presença do vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS).

Pavan apóia crítica a punição de petistas

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) solicitou a inclusão, nos Anais do Senado, do artigo "Uma questão de decência", do jornalista Clóvis Rossi, publicado na *Folha de S. Paulo* do último dia 6.

No texto, o articulista critica ameaças de punição do PT a parlamentares considerados radicais eleitos pela legenda e chama atenção para o caso da deputada federal Luciana Genro, "petista desde os 14 anos". Para o jornalista, o erro da parlamentar é continuar com as mesmas idéias defendidas pelo PT ao longo dos anos.

Comissão poderá ajudar brasileiros no exterior

Criação de duas subcomissões com essa finalidade, proposta pelos senadores Marcelo Crivella e Tião Viana, será analisada pela CRE

Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) analisam em reunião marcada para quinta-feira dois requerimentos, dos senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e Tião Viana (PT-AC), que solicitam a criação de subcomissões permanentes com a finalidade de analisar e dar apoio à situação de brasileiros no exterior.

Vice-presidente da CRE, Crivella sugere que uma subcomissão estude medidas necessárias à implementação de propostas aprovadas no I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior. O alvo das propostas do senador é, principalmente, a comunidade de brasileiros em Portugal. Recentemente, a União Européia aprovou legislação mais restritiva com relação à imigração, o que coloca em risco a situação de cerca de três mil brasileiros, que, pela nova lei, ficariam em situação irregular.



Crivella defende que colegiado apóie brasileiros que vivem em Portugal

Tião Viana propõe que uma subcomissão da CRE seja destinada à proteção dos cidadãos brasileiros no exterior. Na última reunião, integrantes da comissão alertaram para o apoio precário dado pelo serviço consular nacional, o que levou Crivella a formular proposta para que parcela das remessas de recursos de brasileiros no exterior para o Brasil sirva para ampliar o alcance dos consulados mantidos pelo Itamaraty. O senador Hélio Costa (PMDB-MG) sugeriu que a CRE apresente emen-

Genaldino Magalhães

da ao projeto de Orçamento da União de 2004 para reforçar os recursos destinados ao apoio de brasileiros no exterior.

OPOSIÇÃO À GUERRA

A comissão, presidida pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), tem outros nove itens em sua pauta, entre eles quatro requerimentos de Tião Viana que solicitam votos de aplauso do Senado ao presidente da França, Jacques Chirac; ao presidente da China, Jiang Zemin; ao presidente da Rússia, Vladimir Putin; e ao primeiro-ministro da Alemanha, Gerard Schröder, por haverem liderado movimento de oposição à guerra do Iraque.

O relator, senador Alvaro Dias (PDT-PR), é favorável à proposta. Tião Viana acredita que o posicionamento do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) traduziu o sentimento do povo brasileiro de apoio incondicional a uma solução pacífica para o impasse.

SERVIDORA MAIS ANTIGA, SARAH ABRAHÃO É HOMENAGEADA

A funcionária mais antiga em atividade no Senado Federal, a advogada Sarah Abrahão, foi homenageada ontem em cerimônia no auditório da Gráfica do Senado, onde recebeu o diploma de reconhecimento funcional. Estiveram presentes à homenagem o diretor-geral da Casa, Agaciel da Silva Maia; o secretário-geral da Mesa, Raimundo Carreiro; e o diretor do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB), Florian Madruga, entre diversos outros funcionários do Senado.



Homenagem a Sarah Abrahão reuniu ontem diretores e funcionários do Senado

Sarah, que tem hoje 76 anos, é funcionária concursada do Senado deste maio de 1960. Começou a trabalhar no setor de contabilidade, chegando a ser secretária-

geral da Mesa, além de ter ocupado diversos outros cargos e de ter criado um curso no ILB que serve como introdução ao processo legislativo.

Durante a cerimônia, Carreiro homenageou Sarah Abrahão e observou que, quanto mais bem assessorados são os senadores, melhor é o trabalho que apresentam ao país.

Agaciel Maia afirmou que Sarah Abrahão é uma referência para todos os funcionários do Senado e é a maior especialista no Brasil em como nasce uma lei.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 13 DE MAIO DE 2003

Presidente
José Sarney

9h — Recebe, juntamente com o vice-presidente do Senado, Paulo Paim, os ministros Ricardo Berzoini, da Previdência; Matilde Ribeiro, secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial; Tarso Genro, secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; e a jornalista Miriam Leitão, que participará da abertura do seminário "Reformas: Raça, Gênero e Inclusão Social"

12h30 — Almoço com o presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e as bancadas do PMDB da Câmara e do Senado. *Residência oficial da Presidência do Senado*

20h30 — Recebe os ministros do Supremo Tribunal Federal. *Residência oficial da Presidência do Senado*

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária

Pauta: PLV nº 9/03, que reabre prazo para que os municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos e dá nova redação ao artigo 2º da Lei nº 8.989/95; PLV nº 7/03, que dispõe sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios; MP nº 104/03, que revoga o artigo 374 da Lei nº 10.406/02 — Código Civil (compensação de dívidas fiscais e para-fiscais); segunda sessão de discussão, em segundo turno, da PEC nº 22/99, que dá nova redação ao inciso LXXVI do artigo 3º da Constituição federal (gratuidade para o registro e primeira emissão de certidão de nascimento, casamento e óbito); substitutivo do Senado ao PLC nº 50/01, que dispõe sobre o uso da língua portuguesa; PLC nº 75/00 que dispõe sobre a divulgação, através da Internet, dos dados e informações relativos a licitações realizadas pelos órgãos dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, em todos os níveis da administração pública; e Mensagem nº 76/03, que solicita a retirada do PLC nº 4/03, que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social a doar imóvel que especifica à União Brasileira de Escritores.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

18h30 — Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

18h30 — Subcomissão Permanente de Segurança Pública. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

ESPECIAL

9h — Abertura do seminário "Reformas: Raça, Gênero e Inclusão Social". Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Paulo Paim
2º Vice-Presidente: Eduardo Siqueira Campos
1º Secretário: Romeu Tuma
2º Secretário: Alberto Silva
3º Secretário: Heráclito Fortes
4º Secretário: Sérgio Zambiasi
Suplentes de Secretário: João Alberto Souza
Serys Shessarenko
Geraldo Mesquita Júnior
Marcelo Crivella

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3573
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva, José do Carmo Andrade e Sylvio Guedes

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes, Eny Junia Carvalho e Rita Avelino

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

Circulação e Atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado. Poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Sarney defende mudanças na votação de MPs

Presidente do Senado argumenta que as sucessivas obstruções da pauta ameaçam a tramitação de todos os projetos, especialmente quando a medida provisória em discussão é muito polêmica



O relator Eduardo Azeredo disse que o projeto ajuda a desregular o setor

CAE discute comercialização de sementes

A proposta de uma nova legislação para a comercialização de sementes e mudas será examinada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) hoje, a partir das 10h. Relator, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) fez apenas uma emenda de redação ao projeto da Câmara, o que dispensaria o retorno à Casa de origem no caso de aprovação pelo Senado.

Na análise do projeto, que atualiza a legislação depois da chamada Lei de Proteção de Cultivares, de 1997, Azeredo disse que a proposta contribui para a desregulamentação do setor. O governo deixa de ter responsabilidade pela qualidade da semente produzida e comercializada no país, que passa a ser competência do produtor e do seu responsável técnico. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento fará as normas e a fiscalização do que estiver disposto na legislação.

A pauta da CAE examinará mais seis itens, entre eles projeto do senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a custear todas as operações de transplante em hospitais públicos e conveniados, incluindo aquelas que possam somente ser realizadas no exterior.

Os integrantes da CAE devem sabatar, a partir das 11h, o nome indicado pela Presidência da República para ocupar por dois anos o cargo de procurador-geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) do Ministério da Justiça. A indicada é a paulista Maria Paula Dallari Bucci, de 40 anos, bacharel, mestre e doutora pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP).

A dificuldade de desobstruir a pauta do Senado, eventualmente bloqueada por medida provisória (MP) não votada, levou o presidente da Casa, José Sarney, a falar ontem sobre a possibilidade de mudança nas regras de votação das MPs. De acordo com Sarney, quando está em pauta MP de difícil aprovação, o transcurso é evidente. Em sua opinião, talvez o Legislativo possa, no futuro, mudar esse processo de votação.

– Esse novo sistema das medidas provisórias não está agradan-

do a ninguém, uma vez que essa possibilidade de elas trancarem a pauta dos nossos trabalhos será permanentemente uma ameaça à continuidade da votação de todos os projetos que estão em andamento na Casa – disse Sarney, em entrevista coletiva.

O senador também respondeu a uma pergunta sobre a discussão, na Subcomissão Permanente de Segurança Pública, do projeto que modifica a Lei de Execução Penal para ampliar o prazo de permanência de



Sarney acredita que fórmula de votação das MPs terá que ser rediscutida

presos perigosos em regime fechado de reclusão. O presidente do Senado informou que, se a

MP amplia prazo para financiamentos

Os senadores pretendem votar, hoje à tarde, o projeto de lei de conversão à medida provisória reabrindo o prazo, até 2006, para que os municípios que refinanciaram suas dívidas junto à União possam contratar empréstimos ou financiamentos junto a organismos financeiros multilaterais, à Caixa Econômica Federal e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Primeiro item da pauta da sessão, o projeto define, como única exigência, que os recursos sejam utilizados na complementação de programas municipais já em andamento. Enquanto não for vota-



Alvaro Dias pediu informações ao ministro da Fazenda

da, a proposta bloqueará a deliberação das demais matérias.

Um outro projeto de lei de conversão e duas medidas provisórias também dependem de votação do Plenário e podem obstruir a pauta. O projeto trata da reorganização da Presidência da República e dos ministérios. Uma

medida revoga artigo do Código Civil relacionado à compensação de dívidas fiscais, e a outra dispõe sobre a contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep) e sobre a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins), devidas pelas sociedades coope-

rativas em geral.

Ainda constam da previsão dos trabalhos para a sessão uma proposta de emenda à Constituição (PEC), dois projetos de lei da Câmara e um requerimento. A PEC, que contará sua segunda sessão de discussão, estabelece na Constituição a gratuidade para o registro e a primeira certidão de nascimento, casamento e óbito. Um dos projetos, que define critérios para a proteção e a defesa da língua portuguesa, recebeu substitutivo do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO). O requerimento foi apresentado pelo senador Alvaro Dias (PDT-PR) e solicita ao ministro da Fazenda, Antonio Palocci, que remeta o relatório final sobre as causas que levaram o Banco Central a privatizar o Banco do Estado do Paraná (Banestado).

Regime de presos perigosos em debate hoje

A Subcomissão Permanente de Segurança Pública reúne-se hoje, às 18h30, para debater projeto de lei da Câmara que cria regime disciplinar diferenciado para presos que estejam em regime fechado e cometam falta grave equivalente à prática de crime doloso, delega à autoridade administrativa a atribuição sobre a transferência dos presos – o que hoje é competência do juiz da execução – e determina que os interrogatórios dos acusados presos sejam realizados, sempre que possível, nos próprios presídios.

O projeto do Executivo altera a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal. Na subcomissão, o senador Demos-

tenes Torres (PFL-GO) apresentou parecer favorável à proposição, com 19 emendas. Na reunião do colegiado no último dia 28, foi concedida vista coletiva da matéria.

O relator sugere que o preso que cometer falta grave seja isolado em prisão de segurança máxima por até 360 dias, prorrogáveis por mais 360 dias. Se a falta for cometida em presídio de segurança máxima por integrante do crime organizado, o isolamento deve durar 720 dias, prazo que pode ser prorrogado até o final da pena,



Demostenes elaborou parecer favorável e 19 emendas

de acordo com a proposta do relator.

Demostenes Torres também sugere a utilização de videoconferência nos interrogatórios, a proibição de visitas íntimas a presos de segurança máxima e a definição de que estes só poderão ter contato com advogados e parentes uma vez por mês.

O projeto enviado pelo governo tem o senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) como relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). A reunião da subcomissão será realizada na sala da CCJ.

subcomissão assim decidir, a matéria será imediatamente incluída na pauta de votações.

Sobre o apoio ou não do PMDB ao governo, Sarney respondeu que, objetivamente, o partido já está colaborando com o governo e participando, em nível parlamentar, das decisões do Executivo. Ele explicou que falta cumprir apenas a etapa de, institucionalmente, o partido decidir fazer parte da base política governamental e defendeu a convocação de uma convenção para definir a posição do partido.

Jonas Pinheiro apela por 6 mil produtores rurais

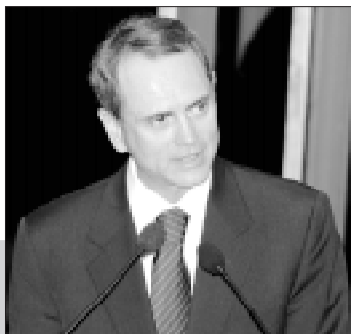
O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) apelou ontem ao governo federal para que seja acelerado o processo de renegociação de parcela da dívida dos produtores rurais, a vencer dentro de duas semanas. São R\$ 680 milhões devidos por quase 6 mil agricultores, que, se não forem pagos até o dia 31 de maio, passarão a ser cobrados judicialmente e resultarão na inscrição na dívida ativa da União, no cadastro de inadimplentes (Cadin) e no banco de dados de operações econômico-financeiras (Serasa).

A Medida Provisória (MP) nº 114, editada em março, provocou a situação e agora ameaça trancar a pauta de votações na Câmara dos Deputados se não for examinada até amanhã. Jonas Pinheiro pediu ao líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), que tente firmar um entendimento sobre os débitos rurais antes da vinda da matéria ao Senado.

– É preciso encerrar mais essa etapa do processo das dívidas rurais, para que se dêem condições aos produtores de continuarem com suas atividades.



Jonas Pinheiro pediu a intervenção do líder do governo, Aloizio Mercadante



Paulo Octávio estuda medidas judiciais contra presídio de segurança máxima na capital

Paulo Octávio rejeita construção de presídio no DF

A intenção do governo de construir um presídio de segurança máxima no Distrito Federal recebeu a manifestação contrária do senador Paulo Octávio (PFL-DF), que anunciou que estuda medidas judiciais cabíveis contra a proposta. O senador considerou inoportuna a justificativa do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao declarar que "manter um preso na mesma cidade do presidente é uma forma de demonstrar o compromisso do meu governo com a segurança".

Para o senador, a declaração mostra a pouca vontade do presidente com a cidade que o recebeu de braços abertos e deu-lhe votação expressiva.

– Não aceito que se faça do povo da minha cidade cobaia para que o presidente da República dê exemplo de compromisso futuro para com a segurança.

Paulo Octávio também não aceita o argumento de que Brasília tem muitos terrenos desocupados que poderiam abrigar o presídio. O senador lembra que no país o que não falta são terrenos pertencentes ao governo.

O parlamentar destacou haver recebido uma comissão de magistrados contrária à instalação do presídio. Eles salientaram, afirmou, que a vinda de chefes de facções criminosas para Brasília pode pôr em risco autoridades nacionais e estrangeiras.

O senador disse que já alertou que a Resolução nº 5, de 1999, editada pelo Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária do Ministério da Justiça, torna ilegal o estabelecimento de qualquer penitenciária federal de segurança máxima em Brasília. Paulo Octávio lembrou ainda que projeto de sua autoria proíbe a construção de estabelecimentos prisionais em cidades cuja população seja maior do que 50 mil habitantes.

Procuradores falam sobre remessas ilegais de divisas

Comissão de Fiscalização e Controle ouve amanhã Luiz Francisco de Souza, Rafael Branquinho e Valquíria Quixadá Nunes

Três procuradores da República – Raquel Branquinho Nascimento, Valquíria Quixadá Nunes e Luiz Francisco de Souza – serão ouvidos amanhã pela Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) sobre as investigações desenvolvidas quanto a remessas ilegais de divisas ao exterior por meio de contas CC-5. A audiência pública com os representantes do Ministério Público foi requerida pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

A participação dos procuradores ocorrerá na segunda parte da reunião. Na primeira, será analisada uma proposta de fiscalização e controle apresentada pela senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA). Ela quer que a comissão analise os aspectos de legalidade dos atos de



Ideli Salvatti propôs audiência pública com os representantes do Ministério Público

gestão praticados pelo Grupo Rede – Empresas de Energia Elétrica – e a verificação da atuação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) quanto a indícios de irregularidades. O relator João Ribeiro (PFL-TO) defende arqui-

vamento da matéria.

Constam ainda da pauta três avisos do Tribunal de Contas da União (TCU): um sobre auditoria realizada nas obras do projeto de aproveitamento hidroagrícola dos tabuleiros litorâneos de Parnaíba (PI); outro sobre auditoria realizada no Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) para avaliar irregularidades em pagamentos de precatórios; e o terceiro referente a auditoria realizada junto à Agência Nacional do Petróleo (ANP) com o objetivo de conhecer a organização da ANP para subsidiar a implementação de novas técnicas para fiscalização das concessões e autorizações de serviços do setor de petróleo e gás natural.

Ideli propõe emenda à MP do programa Refis

A senadora Ideli Salvatti (PT-SC) afirmou ontem que pretende apresentar emenda à Medida Provisória nº 107, já aprovada na Câmara dos Deputados e atualmente tramitando no Senado, para retirar do texto a suspensão dos processos em andamento por crimes fiscais, conforme prevêem os mecanismos do Programa de Recuperação Fiscal (Refis). Ela afirmou que esse é "um benefício inaceitável".

– Alguém que está respondendo a um processo porque se apropriou de forma indébita do INSS agora entra no Refis e ganha a suspensão do processo. Isto é inadmissível – disse a senadora.

Ideli acrescentou que, se a MP 107 for aprovada como está, sinalizará aos empresários que podem apropriar-se dos recursos recolhidos de seus fun-

cionários porque serão anistiados.

A senadora propôs que sejam realizados, "sem hipocrisia", debates sobre a MP 107. Ela citou reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* informando que parlamentares do PFL, PSDB e do PMDB estão protestando contra o aumento da carga tributária. A senadora contestou a versão dos opositoristas de que o aumento de 3% para 4% da alíquota da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e de 12% para 32% da receita bruta para a base de cálculo da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido signifique sacrifício para a classe média e para a produção.

Para Ideli, o sistema financeiro brasileiro tem sido muito beneficiado pelas mudanças na tributação.

Subcomissão debate segurança para crianças e adolescentes

A Subcomissão Temporária da Criança, do Adolescente e da Juventude realiza hoje, às 18h30, audiência pública com o ex-representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil e atual diretor-executivo da organização não-governamental (ONG) Redes Sociais, Agop Kayayan, sobre o trabalho e a segurança na juventude.

Convidado pela presidente da subcomissão, Lúcia Vânia (PSDB-GO), e pela relatora, Patrícia Saboya (PPS-CE), Agop Kayayan quer debater com os senadores a questão do jovem a partir dos temas de qua-

lidade do ensino médio e profissionalização. Ele entende que, se medidas de curto e médio prazos não forem tomadas, a situação poderá agravar-se.

– Os sintomas de que a juventude precisa de um eixo estão muito claros. Vemos jovens formando grupos como os *skinheads* de São Paulo para matar judeus, nordestinos e negros. Eles também matam homossexuais, índios e garçons. Cada vez mais se envolvem com o uso e o tráfico de drogas. É preciso investir em empregos e melhorar a qualidade da educação, para afastá-los da violência e da



Lúcia Vânia preside a Subcomissão da Criança, do Adolescente e da Juventude

criminalidade – afirmou o ex-representante do Unicef.

Foram convidados para a reunião parlamentares ligados à área da adolescência e juventude, além de representantes da Universidade de Brasília (UnB), da Universidade Federal de Goiás (UFG) e de ONGs.



O relator Almeida Lima é a favor do projeto que possibilita instalação de TVs comunitárias

Educação examina TV comunitária

O serviço de radiodifusão comunitária poderá passar a ser prestado também na forma televisiva. Esse é o principal ponto do projeto do ex-senador Paulo Hartung, atual governador do Espírito Santo, a ser examinado hoje, em caráter terminativo, pela Comissão de Educação (CE). A reunião está marcada para as 11h30.

O projeto também propõe a concessão de anistia às pessoas, entidades ou associações que vinham atuando irregularmente na área, bem como a devolução, aos legítimos proprietários, de equipamentos eventualmente apreendidos pela polícia. O relator, senador Almeida Lima (PDT-SE), é pela aprovação do projeto.

A Comissão de Educação também deve apreciar substitutivo do senador Gerson Camata (PMDB-ES) a projeto do ex-senador Ricardo Santos que permite ao Senado avaliar não somente os aspectos técnicos dos atos de outorga e renovação dos serviços de radiodifusão, mas o cumprimento de obrigações relativas ao conteúdo da programação de emissoras de rádio e televisão.

Está ainda em pauta substitutivo do senador Sérgio Cabral (PMDB-RJ) ao projeto da Câmara dos Deputados que amplia o acesso das universidades à produção, programação e veiculação de programas educativos nos canais universitários da TV a cabo.

MERENDA

Entre outras propostas, a CE, presidida pelo senador Osmar Dias (PDT-PR) examina projeto do senador Hélio Costa (PMDB-MG) que torna obrigatório o uso do leite de vaca na merenda escolar. Também deve votar, em decisão terminativa, 72 projetos de decreto legislativo referentes a atos que outorgam ou renovam a permissão de funcionamento de rádios e TVs.

José Jorge sugere redução no preço do gás de cozinha

O senador José Jorge (PFL-PE) sugeriu ontem medidas para que o governo baixe o preço do gás liquefeito de petróleo (GLP), mais conhecido como gás de cozinha. Ele argumenta que são as famílias mais pobres que estão sofrendo com o alto preço do produto, apesar do programa federal que concede R\$ 7,50 para as de baixa renda. José Jorge explicou que o preço alto traz consequências para vários setores, como o meio ambiente, pois as famílias pobres deixam de usar o gás para utilizar lenha e outros combustíveis na preparação de alimentos.

José Jorge disse que o gás de cozinha teve seu preço aumentado em 54,7% desde 2001 e a Petrobras, no mesmo período, já reduziu duas vezes o preço da gasolina e do gás para uso industrial, aproveitando a queda no preço internacional do petróleo. Além disso, ele assinalou que a Petrobras gastava, até 2001, cerca de R\$ 2 bilhões com o subsídio ao GLP, mas com a criação da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), os gastos caíram para R\$ 900 milhões.

O senador sugeriu que o governo tome medidas rápidas e práti-



José Jorge: famílias mais pobres são as maiores prejudicadas com os altos preços do gás de cozinha

cas, como a redução do preço nas refinarias, o que já ocorreu com a gasolina; aumento do valor do auxílio-gás para R\$ 10; garantia real de concorrência no mercado de distribuidores; tabelamento dos preços em locais onde não há concorrência; e investimento no programa de melhoria da qualidade dos fogões brasileiros, visando maior economia.

Em aparte, Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) elogiou a preocupação de José Jorge em mostrar, com sugestões práticas, que é possível alcançar uma solução para diminuir o preço do gás.

Jucá quer votar logo projeto sobre ICMS de combustíveis

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) pediu ontem uma tramitação mais ágil do seu projeto que regulamenta a cobrança de tributos sobre a comercialização de combustíveis. O projeto de Jucá regulamenta o texto da Constituição, alterado pela Emenda nº 33, que mudou o sistema de cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre os combustíveis. De acordo com o senador, a inexistência de regras claras tem gerado prejuízos de cerca de R\$ 3 bilhões por ano para os cofres públicos, principalmente os estaduais.

— Contestações judiciais da tributação e outros artifícios, com perda de arrecadação, além de desequilíbrio competitivo, insustentável para os agentes que cumprem a lei, são consequências da legislação imperfeita — afirma Jucá, que pediu ao presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ramez Tebet (PMDB-MS), apoio para a tramitação acelerada do projeto.



Jucá quer fechar "escondouro de dinheiro público, que prejudica governo e as empresas sérias"

A proposta de Jucá estabelece um sistema de tributação para o setor de combustíveis com carga uniforme, uma única fase de incidência, alíquotas específicas e fim da imunidade interestadual.

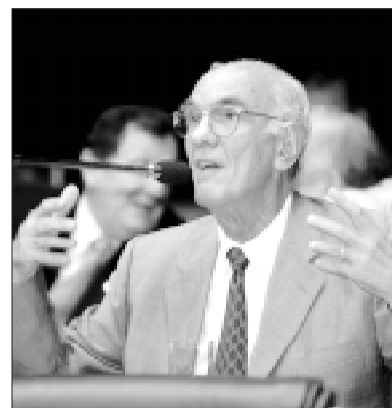
— Vamos fechar este escondouro de dinheiro público, que prejudica governos e traz diferenças de competitividade para as empresas sérias. Faço um apelo também à liderança do governo para que este projeto seja posto em votação — disse Jucá.

Comissão sabatina amanhã indicados por Lula para STF

Será a primeira vez que a CCJ ouvirá, no mesmo dia, três candidatos ao cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal

Pela primeira vez, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realiza, no mesmo dia, a sabatina de três indicados para ministros no Supremo Tribunal Federal (STF): o advogado Carlos Ayres de Britto, o procurador da República Joaquim Benedito Barbosa Gomes e o desembargador Antônio Cezar Peluso. Caso os nomes sejam aprovados na reunião de amanhã, às 10h, e depois confirmados pelo Plenário, os indicados ocuparão as vagas decorrentes das aposentadorias dos ministros Moreira Alves, Sydney Sanches e Ilmar Galvão. O Senado delibera sobre as indicações, tanto na CCJ como em Plenário, por meio de votação secreta.

Advogado e professor da Universidade Federal de Sergipe, Ayres de Britto foi procurador-geral de Justiça, procurador do Tribunal de Contas de Sergipe e conselheiro federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Especialista em Direito Constitucional, é autor de livros



Roberto Saturnino é autor de PEC sobre convocação de autoridades pelo Congresso, que a CCJ analisa

sobre o tema. A indicação será relatada pelo senador Marcelo Crivella (PL-RJ).

O procurador da República Joaquim Benedito Barbosa Gomes é reconhecido por sua atuação contra o racismo. Mineiro de Paracatu, formou-se em Direito pela Universidade de Brasília (UnB), tem mestrado em Direito e é doutor pela Universidade de Paris. O relator é o senador César Borges (PFL-BA).

Como desembargador do Tribunal de Justiça de São Paulo, o paulista Antônio Cezar Peluso foi responsável pela implantação dos Centros Integrados de Cidadania (CIC), que contam com juiz, promotor, delegado de polícia, psicólogo e sociólogo para atenderem os bairros carentes. O senador João Alberto Souza (PMDB-MA) é o relator.

A CCJ analisa também duas propostas de emenda à Constituição (PEC) que permitem que o Congresso Nacional possa convocar qualquer autoridade no âmbito do Poder Executivo que tenha que ser, pela Constituição, submetida à aprovação do Senado. Pelas propostas, do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) e do ex-senador Lúcio Alcântara, os dirigentes das agências reguladoras ficam sujeitos a prestar esclarecimentos a deputados e senadores, inclusive por meio de requerimento de informações.

Na quinta, CAS aprecia nome para a ANS

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) examina, na quinta-feira, às 10h, mensagem presidencial que indica o nome de José Leônício de Andrade Feitosa para ocupar o cargo de diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). A relatora da indicação é a senadora Iris de Araújo (PMDB-GO).

Na mesma reunião, a CAS, presidida pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), deve apreciar uma pauta de oito itens, entre os quais o projeto do senador licenciado Maguito Vilela que estende a con-

cessão de vale-transporte aos beneficiários do seguro-desemprego.

Consta da pauta, ainda, projeto do senador Tião Viana (PT-AC) que proíbe destaque às declarações de qualidade e de características nutritivas nas embalagens e na publicidade de alimentos. A relatora, senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA), é pela aprovação do projeto.

A CAS deve analisar também projeto de autoria do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) que garante desconto de 50% no valor



Iris de Araújo relata mensagem presidencial com a indicação para diretoria da ANS

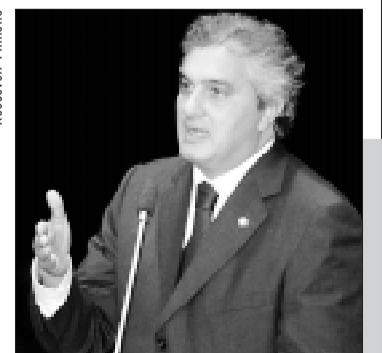
das passagens aéreas para os maiores de 60 anos de idade.

Infra-Estrutura ouve hoje candidato a diretor da ANP

O ex-deputado Luiz Alfredo Salomão, indicado para o cargo de diretor da Agência Nacional do Petróleo (ANP), será sabatinado hoje, a partir das 14h, pelos integrantes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI). Caso tenha o nome aprovado, Salomão deverá ocupar a quarta diretoria da ANP.

A agência reguladora do setor

de petróleo, criada em 1997, possui um colegiado com quatro diretores e um diretor-geral, o embaixador Sebastião do Rêgo Barros. Engenheiro elétrico com atuação na área econômica, Salomão foi deputado federal pelo PDT do Rio de Janeiro. A mensagem encaminhada pela Presidência da República está sendo relatada pelo senador Delcídio Amaral (PT-MS).



Mensagem com o nome de Luiz Alfredo Salomão será relatada pelo senador Delcídio Amaral

Parlamento teve papel importante na Abolição

Pronunciamentos e projetos de senadores e deputados contribuíram, ao longo de mais de seis décadas, para que se fortalecesse no país o movimento pelo fim da escravidão, aprovado em 13 de maio de 1888

Os detalhes e antecedentes da abolição da escravatura no país não chegam a ser ensinados em profundidade nos bancos escolares e, por isso, a maioria das pessoas não sabe que o Parlamento da época – em que vigorava o regime imperial – teve participação relevante nos debates e medidas que culminaram no dia 13 de maio de



Segundo Joaquim Nabuco, em 1885 batia no país o "coração abolicionista"

1888. Hoje se comemoram os 115 anos da assinatura da Lei Áurea pela princesa Isabel, e o Senado tem guardados, sob os cuidados da Seção de Arquivo Histórico e da Biblioteca Acadêmico Luiz Viana Filho, os documentos e as leis que registram os 65 anos do processo abolicionista.

O processo foi iniciado em 1823 pelo Patriarca da Independência, José Bonifácio de Andrada e Silva, que fez uma representação à Assembléia Geral Constituinte e Legislativa do Império em que afirmava a necessidade de o país abolir a escravidão.

Em 1826, o deputado Clemente Pereira propõe o fim do comércio de escravos. Em 1837, o senador Fe-

lisberto Caldeira Brant apresenta projeto que resulta na Lei Eusébio de Queiroz (ministro da Justiça à época), aprovada em 1850. Por ela, é definitivamente proibido o tráfico de negros africanos. No mesmo ano, os senadores Hollanda Cavalcanti e Cândido Baptista de Oliveira sugerem aumentar as puni-

ções para traficantes de escravos. Os debates prosseguem e em 1860 o senador Silveira da Motta apresenta proposta que proíbe a venda de escravos em leilões comerciais. Cinco anos depois, ele consegue aprovar projeto que proíbe ao estrangeiro possuir escravos. Também o senador Visconde de Jequitinhonha apresenta projeto, em 1865, que originará a Lei do Ventre Livre.

Em 1870, a Assembléia Geral cria uma comissão para estudar a questão; uma estimativa da população escrava no país indicava cerca de 1,6 milhão de pessoas. No ano seguinte, o Visconde do Rio Branco impulsiona a aprovação da Lei do

Ventre Livre – que considerava livres todos os filhos de escravos nascidos a partir daquele ano. A proposta tinha opositores, como o senador Barão das Três Barras.

Silveira da Motta tenta, em 1884, aprovar a libertação de todos os escravos em um prazo de sete anos. O senador Rodolpho Dantas apresenta projeto que daria origem à Lei do Sexagenário – que liberta os escravos maiores de 60 anos – cujo relator foi Rui Barbosa.

Outro defensor da Abolição, Joaquim Nabuco, disse na Câmara, em 1885: "Em toda a nossa superfície, a força vital palpita em uma respiração contínua, tal que seria possível notar as oscilações incessantes que agitam a forma terrestre. Em todos os pontos deste país bate hoje o coração abolicionista".

Em 1886, o senador Manoel Pinto de Souza Dantas propõe libertar todos os escravos do país em cinco anos. Outro senador, Ignácio Martins, pede a revogação da lei do açoitado. E em setembro daquele ano, um mês antes de sua morte por colapso cardíaco, o senador José Bonifácio, "o moço", sobrinho do Patriarca, defende a Abolição em ardorosos debates com o ministro da Justiça, Ribeiro da Luz, opositor da idéia.

Lei Áurea foi aprovada com poucos votos contrários

À força dos debates e discursos do Parlamento alia-se, no ano de 1887, o movimento militar liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, que pede à princesa Isabel que o Exército seja liberado da tarefa de capturar escravos, "pela indignidade desse papel". Nesse ano, foram também apresentados vários projetos de deputados e senadores (Souza Dantas, Floriano de Godoy e, por último, o senador Escragolle Tau-

nay) pedindo o fim da escravidão. No ano decisivo para a Abolição, 1888, a princesa Isabel reconhece, na abertura da sessão legislativa da Assembléia Geral, em 3 de maio, que "a extinção do elemento servil é uma aspiração nacional".

Novamente, Joaquim Nabuco, a 8 de maio, pronuncia emblemático discurso pela causa abolicionista, aclamando projeto de autoria do deputado Rodrigo Augusto da Sil-

va, à época ministro da Agricultura, que extinguiu a escravidão. A proposta recebe várias emendas de comissão do Senado e a Câmara apresenta projeto alternativo. Nesses dias acontecem fortes manifestações no Plenário e nas galerias.

Finalmente, em 13 de maio, a Câmara aprova o projeto, com apenas nove votos contrários. No Senado foram seis contrários. No mesmo dia, a princesa Isabel sanciona a lei.

Paim defende política de cotas para acelerar integração do negro

Analisando o transcurso de 115 anos de aprovação da Lei Áurea, o vice-presidente do Senado, Paulo Paim, destaca o fato de a lei – embora importante por haver extinguido a escravidão, após quase 350 anos – não ter facilitado a integração dos ex-escravos. Ele fri-

sa, por exemplo, que não existe nenhuma palavra sobre o acesso à terra ou à educação dos libertos.

Paim lembra a participação do Legislativo no processo de libertação e o papel de destaque das irmandades religiosas constituídas por negros, que compraram a alforria de muitos escravos.

– O grande fórum de debates foi o Parlamento, sancionando uma seqüência de leis protelatórias, co-



Fotos: Geraldo Magela

Paim lembra que o grande fórum de debates sobre a escravidão foi o Parlamento

mo a do Ventre Livre e a dos Sexagenários, e onde os debates foram intensos e apaixonados – diz.

O senador defende a política de cotas, que facilita o acesso a vagas em concursos públicos e universidades para afro-descendentes, como um instrumento de superação das desigualdades.

– Quem não acredita nas cotas não acredita que haja barreiras raciais na sociedade brasileira. Nossa igualdade é meramente formal. Na prática os afro-brasileiros não têm acesso a direitos de cidadania, barrados em função da aparência física. As cotas aceleram a integração do negro e consolidam o processo democrático – afirma Paim.

Senador recebe convite para ir a Moçambique

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), recebeu ontem o reitor do Instituto Superior de Relações Internacionais de Moçambique, que prepara os diplomatas daquele país, Jamisse Taino, com o qual conversou sobre a cooperação entre os dois países, especialmente no âmbito cultural e educacional.

Paim foi convidado a visitar Moçambique em julho, e discutiu com Taino a participação de intelectuais africanos em seminário internacional sobre a história da África a ser

realizado no Brasil, em agosto, com a presença do ministro da Educação, Cristovam Buarque.

– É importante que a história da África seja contada de forma adequada e não deturpada, como é ensinada em nossas escolas até hoje, distorcendo os fatos e ferindo a auto-estima da comunidade negra. Por isso é fundamental a colaboração das lideranças intelectuais africanas, que podem nos ajudar a reformular a história de nossos antepassados – afirmou o senador.

Procurador indicado para STF visita Sarney

O procurador da República Joaquim Benedito Barbosa Gomes, indicado pelo presidente Lula para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), foi recebido ontem pelo presidente do Senado, José Sarney, em visita de cortesia.

O procurador lembrou dois motivos para a visita: ter sido funcionário da Gráfica do Senado e ter exercido o cargo de consultor jurídico quando Sarney era presidente da República. Sobre a sabatina a que se submeterá amanhã, na Comissão de

Constituição, Justiça e Cidadania, Joaquim Barbosa disse que se colocará à disposição para responder ao que for indagado.

SARNEY ELOGIA

O presidente do Senado disse que em todos os postos que ocupou o procurador Joaquim Benedito Barbosa Gomes destacou-se pela capacidade, responsabilidade e brilho que agora marcarão sua atuação na suprema corte de Justiça do país.

– É uma escolha extraordinária, histórica, que marca, sem dúvida,

uma etapa na vida do Poder Judiciário, sobretudo porque ele alia o fato de representar a raça negra com uma biografia extraordinária, uma competência grande, sendo ao mesmo tempo um exemplo para o país – afirmou o senador.

Na opinião de Sarney, a biografia do novo ministro mostra que este é um país que abre oportunidades para todos. Ele lembrou que Barbosa iniciou sua vida profissional no Senado, trabalhando no serviço gráfico, sendo louvável ter feito a car-



Joaquim Benedito Barbosa Gomes lembrou, em visita a José Sarney, ter sido funcionário da Gráfica do Senado

reira que agora o leva ao STF.

Referindo-se à formação jurídica do procurador, Sarney lembrou sua formação de nível internacional, dizendo que, no STF,

Joaquim Benedito representará "a cultura brasileira, a cultura jurídica, a tenacidade e tudo aquilo que os negros representam para o Brasil".

Fátima Cleide denuncia invasão de área indígena

Após a mudança de dirigentes de órgãos federais, teve início em Rondônia um movimento de invasão de terras indígenas, reservas florestais e até de parques nacionais, denunciou ontem a senadora Fátima Cleide (PT-RO). Ela sustentou que parte das invasões



Fátima Cleide aponta ação de ex-servidores no movimento

é incentivada por ex-funcionários federais no estado, demitidos após a posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, especialmente no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

– Recebi denúncias de que está em curso uma ação orquestrada, deliberada, destinada a embalar e dificultar ainda mais o processo de reordenamento fundiário que precisa ser feito com urgência em Rondônia – afirmou. Ela disse que as invasões são feitas simultaneamente e, nos últimos dias, foram presas duas pessoas, uma delas funcionário do Ibama e outra, ex-vereadora de Ariquemes (RO).

Entre as terras invadidas estão a reserva dos índios Uru-eu-wau-wau e o Parque Nacional dos Paccás Novos, este situado dentro da reserva indígena. Nos últi-

mos dias, tem havido incitamento para a invasão de áreas dos projetos de colonização Rio Alto e Floresta, em Ariquemes. “Os invasores estão criando o pânico, intimidando e ameaçando com armas os colonos desses projetos”, que esperam há anos a regularização fundiária dos lotes que ocupam.

Conforme a senadora Fátima Cleide, o relatório da CPI de Ocupação de Terras Públicas na Região Amazônica, feito pela Câmara, indicou que a reserva do Rio Candeias e a Floresta Nacional do Bom Futuro vêm sendo desmatadas com rapidez impressionante. A de Bom Futuro teve o número de serrarias aumentado de seis para 60 em apenas cinco anos.

– Como isso pôde acontecer? Não há outra resposta: é resultado do conluio entre a corrupção instalada nos últimos anos no serviço público e os que, diante da certeza da impunidade, invadem, roubam e ameaçam quem lhes tenta impedir a ilegalidade.

A “quadrilha de terras públicas”, como definiu a senadora, está empregando os pequenos produtores “como massa de manobra”.

Virgílio reivindica ao governo liberação de verbas do Sivam

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), anunciou que falta pouco para completar o projeto Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e fez um apelo ao governo para retirar do contingenciamento os R\$ 69 milhões previstos para este ano. Para



Conforme Arthur Virgílio, sistema de vigilância necessita R\$ 375 milhões

viabilizar o pleno funcionamento, o Sivam necessita de R\$ 375 milhões, segundo o senador.

– Se esses recursos vierem a ser liberados logo, o sistema passará a funcionar na plenitude até o final do ano – afirmou, explicando que os recursos são provenientes de financiamento externo e ao governo só compete autorizar os gastos.

Arthur Virgílio disse que a notí-

cia foi dada pelo brigadeiro-tenente-do-ar Ramon Borges Cardoso, ao fazer explanação sobre o atual estágio de implantação e funcionamento do Sivam, na Comissão da Amazônia e Desenvolvimento Regional da Câmara dos

Deputados.

O brigadeiro informou, segundo Virgílio, que praticamente todos os equipamentos do Sivam já estão disponíveis, com 93% das suas obras concluídas. Encontram-se em funcionamento radares, plataformas e estações de comunicação de satélites, restando ainda a integração do sistema aos centros regionais em Belém, Porto Velho e Manaus.

Quintanilha defende obras de infra-estrutura no país

Ao contestar alegação de que inexistem recursos, senador afirma que falta, na verdade, vontade política para realizar projetos

Em discurso no Plenário, Leomar Quintanilha (PFL-TO) contestou ontem alegação de que faltam recursos para a realização de obras importantes de infra-estrutura no país. Citando artigo do jornalista Clóvis Rossi, publicado pela *Folha de S. Paulo* na semana passada, o senador afirmou que no primeiro trimestre de 2003 o governo economizou 6,24% do Produto Interno Bruto (PIB).

Na avaliação do senador, não se pode admitir que, diante desse número, o Executivo deixe de fazer investimentos importantes em áreas sociais ou em infra-estrutura. Citou como exemplo o estado precário do trecho tocantinense de 200 quilômetros da BR-153.

– Ouvi do ministro dos Transportes, Anderson Adauto, que era



Leomar Quintanilha pediu recuperação do trecho da BR-153 no Tocantins

prioridade do governo cuidar da enorme malha rodoviária federal com mais de 55 mil quilômetros. Mas não faltam recursos para fazer, o que falta é vontade de tomar as providências – frisou o senador. Quintanilha criticou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ter advertido o ministro da Educação, Cristovam Buarque, que reclamara da lentidão do go-

Mão Santa cobra recuperação das estradas

O senador Mão Santa (PMDB-PI) alertou o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, para a precariedade das estradas federais no país. Ele informou que, somente no Piauí, dos 2.146 quilômetros de rodovias pavimentadas, 60% encontram-se em condição péssima, ruim ou regular. O parlamentar lembrou ainda que, como a produção nacional é transportada através das rodovias, “os buracos terminam por impedir o desenvolvimento de determinadas regiões produtoras”.

– A fome que o Piauí tem hoje é de desenvolvimento, de obras concretas. Estamos cansados de servir de *marketing* para a “generosidade” do governo, como ocorre em Guaribas e Acauã (mu-

nicipios onde o governo federal iniciou o Programa Fome Zero). Precisamos mesmo é da recuperação das nossas estradas – afirmou.

As rodovias foram comparadas pelo senador às artérias, veias e capilares, que levam proteínas, oxigênio e vitaminas para o corpo humano. Ele também citou frases do imperador d. Pedro II, e dos ex-presidentes Washington Luiz e Juscelino Kubitschek sobre a importância das estradas para o país.

Mão Santa criticou medida provisória editada pelo então pre-



Mão Santa: rodovias no Piauí estão em péssima condição

sidente Fernando Henrique que determinou a transferência aos estados, em troca de recursos, da responsabilidade pela manutenção de rodovias federais.

Em aparte, o senador Alberto Silva (PMDB-PI) anunciou que vai discutir com a bancada do seu partido a possibilidade de solicitar audiência ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva para cobrar a recuperação das estradas. Já o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) testemunhou que a situação das rodovias que cortam a Bahia também é precária.

Alberto Silva tem plano para consertar rodovias

O estado de abandono e destruição em que se encontram 30 mil quilômetros de estradas federais levou o senador Alberto Silva (PMDB-PI) a sugerir ontem ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva a criação de uma câmara de gestão, nos moldes da que foi criada para administrar o “apagão”.



Alberto Silva sugere câmara de gestão para administrar o setor

– Vamos acabar com essa história de tapar buracos. Tapar buraco é atraso. Com uma verbinha aqui, outra verbinha ali para consertar pedaços de estrada, não vamos conseguir nada – afirmou.

Alberto Silva disse que a câmara seria comandada pelo próprio presidente da República, que decreta-

ria o estado de calamidade das estradas e ficaria responsável por diagnóstico preciso da malha nacional. A partir desse diagnóstico, estabeleceria preço justo para a completa restauração e, em vez de licitação convencional, as empresas de engenharia interessadas adeririam ao preço. Ele acredita que as estradas estariam totalmente restauradas em 16 meses e a fonte de recursos seria proveniente da taxaço do óleo diesel em R\$ 0,06 por litro.

Osmar denuncia multas da Previdência a agricultores

Senador considera injusta cobrança feita aos produtores que fornecem declaração a bóia-fria para efeito de aposentadoria

O senador Osmar Dias (PDT-PR) denunciou ontem medida adotada pelo Ministério da Previdência Social que, segundo afirmou, está multando os produtores que fornecem declaração aos trabalhadores eventuais, também conhecidos por bóias-frias, para efeito de aposentadoria, após utilizarem sua mão-de-obra. O senador informou ao Plenário que terá audiência amanhã com o ministro da Previdência Social, Ricardo Berzoini, quando solicitará a suspensão da multa, que está prejudicando os produtores e os trabalhadores rurais.

De acordo com o senador, a Previdência está multando os produtores sob o argumento de que, já que eles fornecem a declaração para a bóia-fria, também deveriam recolher a parte correspondente ao INSS patronal. No



Osmar Dias irá solicitar suspensão da multa ao ministro da Previdência Social

entanto, observou Osmar Dias, o empregador já desconta 2,3% para a Previdência quando comercializa o produto que o trabalhador eventual ajudou a produzir, o que torna a multa ilegal.

Diante disso, afirmou Osmar Dias, os produtores estão se recusando a dar a declaração aos trabalhadores, que, sem a garantia da aposentadoria, acabam migrando para a periferia das

grandes cidades, agravando o quadro de violência urbana. A reforma da Previdência, disse o senador, não pode ignorar os 18 milhões de trabalhadores rurais, "pois eles têm direito a gozar de um mínimo de segurança depois de dedicar a vida toda a uma tarefa das mais duras".

O parlamentar alertou para a imagem da agricultura divulgada pela Rede Globo.

— Reportagens otimistas, que colocam a agricultura como paraíso, podem contaminar a sociedade levando-a a resistir a reivindicação justa que o setor venha a fazer, sob a alegação de que os agricultores estão chorando de barriga cheia — observou. Em apartes, os senadores Mão Santa (PMDB-PI) e Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) apoiaram Osmar Dias.

Paim divulga seminário sobre reformas

O Senado Federal realiza hoje, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), o primeiro debate sobre as reformas previdenciária e tributária sob a ótica de raça, gênero e inclusão social. Ao divulgar a iniciativa, o vice-presidente da Casa, senador Paulo Paim (PT-RS), defendeu o resgate da concepção do regime previdenciário previsto na Constituição, que lhe reserva o papel de promotor da seguridade social e justiça social.

— É preciso entender que a Previdência deve cumprir função social, e não só econômica e fiscal — afirmou. Além do ministro da Previdência e Assistência Social, Ricardo Berzoini, o senador confirmou a participação da secretária especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, Matilde Ribeiro; do secretário especial do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, Tarso Genro; e da comentarista de economia da TV Globo, Miriam

Leitão, na abertura do seminário.

Paim defende que as mudanças sejam precedidas por debate "qualificado e politizado", capaz de refletir os interesses do povo brasileiro. O vice-presidente do Senado informou que as reformas deverão ser temas de outros seminários, onde serão discutidas com representantes de entidades patronais e sindicais, aposentados, portadores de deficiência e trabalhadores excluídos do mercado em função da idade.

Garibaldi quer mudar cobrança do ICMS

O senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) reivindicou que a cobrança do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) sobre petróleo e energia elétrica passe a ser feita nos estados produtores, e não mais no destino. É o que ocorre com todos os demais produtos brasileiros, observou ele.



Estado produtor de petróleo e energia é prejudicado, diz Garibaldi

Para o senador, o momento atual de reforma tributária é ideal para a correção de uma injustiça histórica, que vem penalizando os estados produtores de petróleo e energia elétrica, entre eles o Rio Grande do Norte, desde a Constituinte de 1988.

Garibaldi lembrou que, durante a Constituinte, os estados produtores foram inexplicavelmente

discriminados, ao serem excluídos do direito de arrecadar o ICMS sobre seus produtos. Como prêmio de consolação, esses estados ganharam o direito de receber *royalties*. "Mas o Rio Grande do Norte recebe R\$ 1 milhão por mês, quando deveria arrecadar R\$ 100 milhões por ano de ICMS. O prejuízo é evidente", observou.

Em aparte, os senadores Leomar Quintanilha (PFL-TO) e Mão Santa (PMDB-PI) apoiaram o protesto de Garibaldi sobre a forma atual de cobrança do ICMS.

João Ribeiro critica exclusão do Tocantins

O senador João Ribeiro (PFL-TO) protestou contra o fato de o Palácio do Planalto não ter convidado o governador do Tocantins, Marcelo Miranda, a participar de reunião dos governadores da região Nor-



João Ribeiro: espanto pela ausência do estado na reunião de Lula com governadores

te, realizada em Rio Branco, no Acre. Os governadores se encontraram com o presidente Lula na sexta-feira, quando foi feito o lançamento de programas de desenvolvimento da Amazônia.

Segundo ele, no mesmo dia, em solenidade em Araguatins (TO) de inauguração da pista pavimentada com balizamento noturno do aeroporto da cidade, com a presença do governador Marcelo Miranda, o gesto do governo federal causou espanto entre autoridades e a população.

João Ribeiro também reivindicou mais recursos para as Forças

Armadas, por entender que Exército, Marinha e Aeronáutica cumprem notável papel de guardar as fronteiras, prestando colaboração indispensável com as causas sociais.

O senador ressaltou o serviço que prestam às comunidades onde estão sediadas as bases de operação das Forças Armadas, desde a implantação de infraestrutura à garantia de segurança pública, resolvendo, inclusive, problemas de saúde e educação.

O parlamentar destacou o alcance social do trabalho da Marinha na Amazônia, onde sustenta em mais de 500 localidades as Operações de Assistência Hospitalar à População Riberinha. Ele ressaltou, ainda, a relevância do trabalho de vigilância aérea, o chamado Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam).

Bancada estará em obstrução, diz Eduardo

O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) manifestou sua insatisfação diante da possível discriminação que o estado do Tocantins teria sofrido ao deixar de ser convidado para a reunião entre governadores dos estados da região



Eduardo Siqueira Campos: revolta pelo inexplicável "esquecimento"

Norte e o presidente Lula, ocorrida sexta-feira. Ele informou que, enquanto não for oferecida uma justificativa plausível para o "esquecimento", toda a bancada do estado no Congresso estará em obstrução.

— Assisti com tristeza aos relatos da imprensa mostrando que, além do governador do Tocantins, só não participou da reunião o do Pará, Simão Jatene, por escolha própria. Em seguida aguardarei a convocação para a reunião dos governadores do Centro-Oeste. Imaginei que pudesse ter havido um erro horrível, que o governo

teria se enganado e considerado que Tocantins integra a região Centro-Oeste. Mas essa sorte de o estado ter sido vítima de um equívoco não ocorreu — afirmou Eduardo.

O senador disse ainda que o próprio governador tocantinense, Marcelo Miranda, buscou, sem sucesso, uma explicação da Secretaria de Comunicação e Gestão Estratégica do governo federal.

Mesmo insatisfeito, Eduardo declarou que continua sem acreditar que o fato tenha ocorrido por perseguição. Ele acrescentou que aguardará uma reparação do governo, que poderá ser feita na forma de uma visita do presidente Lula ao seu estado.

A senadora Fátima Cleide (PT-RO) manifestou sua convicção de que não ocorreu discriminação, mas uma "falha imperdoável" dos organizadores da reunião.